

Coluna do Castelo

Computador não compatibiliza



“Não se compatibiliza nada por computador”, dizia-me ontem veterano político, encanecido na negociação e na tratativa, a propósito do trabalho dos quatro sub-relatores que manipulavam os aparelhos da Prodasen para oferecer ao relator Bernardo Cabral as linhas com que fundamentar seu primeiro parecer a ser conhecido no mais tardar amanhã. Mas, como se sabe, o trabalho do computador já foi feito e sobre seus dados, indispensáveis, é que operam os políticos.

A reunião dos dirigentes e líderes do PMDB com o relator e sub-relatores do anteprojeto da Constituição confirmou a intenção do sr Bernardo Cabral de oferecer um texto que não represente retrocessos muito grandes em relação à situação legal anterior. Na realidade, a expectativa não é de que haja retrocessos mas sim de alguns avanços não só no sentido da liberalização política, como econômica e social. Quando o relator fala em evitar retrocessos, no entanto, o que se entende é que ele quis tranquilizar os partidários de reformas progressistas na área econômica e social. Tanto que se anuncia ser incluída no rol das matérias constitucionais a reserva de mercado para indústria de alta tecnologia (contrariando pensamento expresso pelo presidente José Sarney), em melhorar os dispositivos votados sobre reforma agrária e até em redefinir a empresa nacional, tema que alimentou as esperanças e terminou por levar amarguras ao aplicado senador Severo Gomes.

Deve-se acentuar, contudo, que as intenções atribuídas ao relator da Comissão de Sistematização decorreram de uma troca de impressões com o comando do PMDB, partido no qual prosperaram mais as teses ditas progressistas. O que veio das subcomissões e das comissões temáticas refletiu a tendência dominante na maioria da Constituinte e não propriamente do seu principal partido, dividido, como se sabe, entre tendências esquerdistas e conservadoras. A essas últimas se associam partidos como o PFL, o PDS e o PTB, além de outros menores.

O primeiro parecer do sr Bernardo Cabral será oferecido a emendas a partir de domingo até o dia 2 de julho e voltará ao grupo original para um reexame da matéria e uma compatibilização — da qual estará alheio o computador — das manifestações mais ostensivas do plenário. O segundo parecer deverá, presumidamente, refletir com mais realismo a tendência dominante na Constituinte, pois, submetido a votos, será ele o verdadeiro projeto da Constituição, projeto a que se chega tardiamente dado o método confuso que presidiu a elaboração constitucional, fruto do preconceito das minorias contra representantes das forças dominantes, entre os quais incluem habitualmente as direções partidárias.

Entre o primeiro e o segundo parecer, isto é, entre o anteprojeto e o projeto, o PMDB terá realizado duas reuniões, uma das chamadas “200 lideranças” anunciadas pelo sr Miro Teixeira, prevista para sábado, dia 4; outra nos dias 17 e 18, a convenção que se fará com a mesma composição e o mesmo regimento da convenção de 1982, regimento que dá muita autoridade à mesa. O presidente Ulysses Guimarães está tranquilo quanto à convenção e dificilmente a reunião dos 200 alcançará o número de presenças antecipado pelo deputado fluminense. Dois comparecimentos sucessivos a Brasília, salvo dos representantes federais, geram ônus financeiros e de outra ordem aos políticos dos diversos estados.

Já se sabe, no entanto, que, seja qual for a definição produzida por ambas as reuniões do PMDB, a maioria da Constituinte não estará ali representada, tal a profundidade da divisão partidária em matéria programática. O plenário é que irá refletir a soma do centro do partido, levando-se em conta os compromissos da direção nacional, e da tendência dominante nos partidos que destroçaram os projetos de esquerda nas subcomissões. Claro que a tendência será mais conciliatória, pois nesse sentido atuarão as lideranças não só do PMDB como do próprio PFL, de onde surgem sintomas de preocupação pelo carimbo de direitista impingido à legenda pelo líder José Lourenço.

Collor torna-se didático

Sejam quais forem as restrições que políticos alagoanos de oposição façam aos métodos de ação do antigo prefeito de Maceió, o fato é que o governador de Alagoas, sr Fernando Collor de Mello, vai operando didaticamente na gestão dos negócios públicos do seu estado. Ele enfrentou os marajás do serviço público, tomou providências para enfrentar o sindicato da morte e agora leva à Justiça os deputados estaduais que se atribuíram vencimentos mensais de mais de CZ\$ 200 mil, acrescidos de verbas de residência, passagens aéreas (possivelmente para Quebrangulo), etc. O Supremo não deixará de identificar a infração ao princípio constitucional que impõe limite aos proventos de deputados estaduais.

Se Collor vencer essa etapa, congelando no limite devido os subsídios legislativos, estará dando exemplo para todo o país, corroido pela mesma irresponsabilidade dos deputados alagoanos, e até mesmo à Câmara dos Deputados, que pretende construir uma clínica-modelo para tratamento exclusivo dos seus pinguços.

Carlos Castello Branco



Benedita da Silva, uma ex-favelada, que já trabalhou como faxineira, doméstica, lavadeira e copeira de um convento, sentou-se ontem durante 25 minutos na cadeira de Ulysses Guimarães, no plenário da Câmara, e se surpreendeu com ela

própria: pela primeira vez na história, uma mulher, de sua condição, negra e deputada do PT, presidia a sessão da Constituinte. “Logo eu? Filha de dona Ovidia, lavadeira, camelo, do Chapéu da Mangueira, pre-

sidindo a Constituinte? Vou entrar para a história”, disse. Primeira suplente da Mesa da Constituinte, a deputada foi chamada para dirigir os trabalhos porque não havia nenhum titular presente.

A tentação de tratar da minúcia

João Gilberto

BRASÍLIA — O azar histórico da Constituinte é que ela terminou acontecendo num momento em que a sociedade brasileira estava sedenta por um programa de governo. E aí, cada segmento, ou até cada cidadão, quer ver escrita na Constituição uma política para este ou aquele setor, a solução para aspectos de conjuntura. Como compatibilizar esta expectativa e mais a descrença desesperada de uma população nos princípios constitucionais com a necessidade de uma Constituição que cumpra as funções básicas de organizar a sociedade para o jogo pelo poder e deixar as políticas e as correntes confrontarem-se na planície democrática para que, em cada momento, vença aquela que tiver maior respaldo?

Dessa equação nasce a tendência natural por uma Constituição que tenha seus princípios instrumentados por dispositivos de realização, mas sempre sobram desafios para que não se caia na redação de alguns programas de governo efêmeros e transitórios como os mandatos dos governantes.

Uma das alternativas foi sugerida esta semana pelo integrante da Comissão de Sistematização, deputado Nelson Jobim: a Constituinte aprovar um ato complementar — não me agrada apenas a palavra “ato” pela identificação errônea que a população faria — entrando em vigência junto com a Constituição e detalhando para o imediato muitos dos princípios da Carta. Outra saída seria a Constituinte votar logo um conjunto de leis complementares ou uma grande lei, instrumentando os preceitos constitucionais que necessitassem de detalhamento para pronta execução.

Estas possibilidades devem ser bem meditadas pelos constituintes. Deve-se evitar dois extremos muito graves para o caso brasileiro e o momento que vivemos: uma Constituição enxuta, curta e restrita a princípios gerais, sem nenhuma

complementação imediata, a qual seria desmoralizada pela falta de apoio popular e pela generalizada desconfiança com que seria recebida; ou uma Constituição a tal ponto ampla e detalhista, contendo muitos exercícios de políticas provisórias e passageiras, necessárias, é verdade, mas de muito curta duração, o que daria ao conjunto do documento constitucional uma vida efêmera.

O certo é que a expectativa nacional não se resume a uma carta de princípios, mas, ao enfrentamento também de aspectos conjunturais e de políticas setoriais. E isto necessita de resposta. Por outro lado, a médio e longo prazo, são os mecanismos de participação popular e de restauração da cidadania que levarão a uma ordem onde os preceitos constitucionais não fiquem no papel e onde a confiança da população nos seus instrumentos jurídicos respalde-se numa nova prática.

A Constituinte tem diante de si o desafio dessa transição.

João Gilberto Lucas Coelho, 42 anos, advogado especializado em Direito Constitucional e ex-deputado federal, é diretor do Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte, entidade da Universidade de Brasília.

Grupos do PMDB lutam pelos 885 votos da convenção

BRASÍLIA — Os grupos que disputam a hegemonia do PMDB, divididos até agora entre os que defendem quatro e cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, estão trabalhando no alicionamento de votos para a convenção extraordinária dos próximos dias 17 e 18 de julho, que deverá fixar a posição do partido a respeito dos pontos considerados polêmicos da Constituição. A convenção praticamente monopolizou as atenções do partido. De um lado, os moderados, representados pelo chamado Centro-Democrático, e, de outro, os progressistas, estão fazendo um verdadeiro mapeamento de todos os estados para aferir a tendência dos 724 convençionais, que totalizam 885 votos.

O líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, está se reunindo com os grupos para levantar esses pontos, que serão inseridos em um questionário a ser levado à convenção. O questionário está sendo elaborado pelo deputado Nilton Friedrich (PR) e tem por objetivo retratar a média dos convençionais para ser transformada em posição oficial do partido a ser seguida por todos os pemedebistas na votação da nova Constituição. O questionário deverá conter de 10 a 15 itens, tais como a reforma agrária, definição de empresa nacional, reserva de mercado e ensino público.

— A convenção é uma convocação — diz um dos principais líderes do Centro-Democrático, deputado Expedito Machado (CE). Ele argumenta que ela foi marcada à revelia da direção partidária e por insistência de um grupo que se acredita predominante. “Mas estão enganados, pois acho que somos maioria”, afirma o deputado. Expedito informa que seu grupo está fazendo um levantamento do perfil dos convençionais e, até agora, o resultado tem demonstrado que a maioria se afina com as idéias do Centro-Democrático. Esse grupo tem cerca de 150 integrantes dentro do Congresso.

Unidade — Já o senador Afonso Camargo, um dos líderes dos progressistas, afirma que a convenção é o fóro apropriado para o PMDB resolver suas divergências e buscar a unidade que, para ele, só se consegue com o cumprimento do programa do partido. Os progressistas estão organizando um encontro de lideranças do partido para o próximo dia quatro, que servirá de preparação para a posição a ser defendida na convenção. Com o título “PMDB: programa e compromisso”, o grupo pretende reunir nessa data, no auditório Nereu Ramos, governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores, para discutir as questões da Constituinte. O grupo é representado por quase cem parlamentares.

— Nossa posição é majoritariamente parlamentarista, por quatro anos de mandato para o atual presidente e programaticamente progressista — sintetiza Camargo. O senador diz ter esperanças de conseguir atrair o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. “Ele tem a história do partido e assinou o compromisso com a Nação, cujo primeiro item é o restabelecimento imediato da eleição de presidente da República, o que deve ocorrer com o fim dos trabalhos da Constituinte, em novembro de 88”, disse.

Já o deputado Ulysses Guimarães está se reunindo com as lideranças do partido, na tentativa de evitar o confronto na convenção. Ele recebeu ontem em casa os ministros Almir Pazzianotto (Trabalho), Renato Archer (Ciência e Tecnologia) e Raphael de Almeida Magalhães (Previdência), os senadores Mário Covas, José Richa e Mauro Benevides, além dos deputados Maurício Fruct, Roberto Rollemberg, Cid Carvalho, Milton Reis, Márcio Braga, Carlos Sant’Anna e Heráclito Fortes. O objetivo do encontro foi, mais uma vez, tentar o consenso a respeito dos pontos polêmicos da Constituinte.

Constituinte vai ampliar suas sessões

BRASÍLIA — A partir do dia 16 de julho a Constituinte realizará 12 horas de sessão por dia para que todos os 559 parlamentares possam discutir, da tribuna, suas propostas constitucionais. Durante 10 dias, serão realizadas três sessões diárias de quatro horas cada — duas extraordinárias e uma normal — e, nos restantes 18 dias, duas sessões diárias, uma normal e outra extraordinária.

O prazo para a discussão em plenário do projeto de Constituição, que sairá da Comissão de Sistematização, é de 40 dias mas, descontando os sábados e domingos, sobrarão 28 dias úteis. Pelo regimento, as sessões normais se realizam de segunda a sexta e têm duração de quatro horas, quando em apenas duas horas podem falar, por 20 minutos cada, quatro constituintes para discutir suas sugestões.